



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis



Mensagem nº. 001/2007.

Cordeirópolis, 16 de março de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Tem a presente, o objetivo de submeter ao crivo abalizador dessa **Colenda Edilidade**, através de seus exponenciais Legisladores Municipais, o incluso Projeto de Lei Complementar, que altera dispositivo da Lei Municipal Complementar nº. 013, de 22 de setembro de 1993, com posteriores alterações).

Assim, pois, pela simples leitura da justificativa do projeto, maiores comentários são dispensados, pois a matéria foi tratada, de modo a enfeixar, com todos os cuidados recomendáveis, tão importantes e singular assunto.

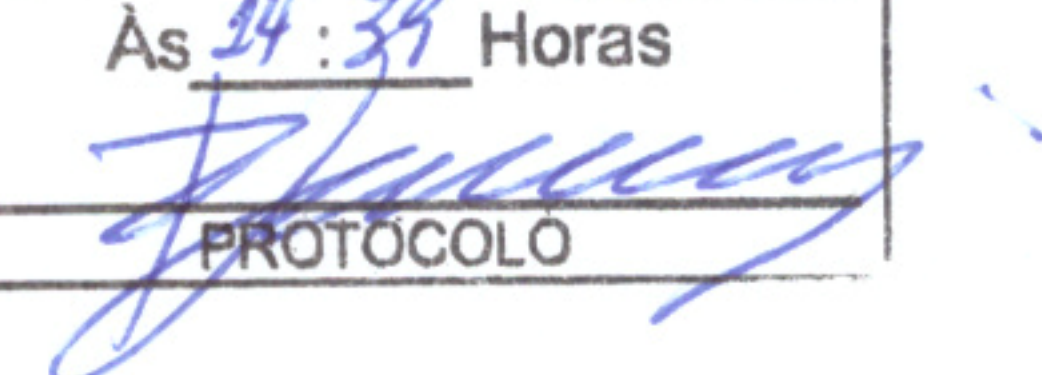
Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face de importância da matéria aqui tratada, solicitamos de todos os insígnies legisladores municipais, através do elevado espírito público que cada um é dotado, que seja o presente lido, discutido e, finalmente, aprovado.

Por último solicitamos com a devida vênua requerer tempestivamente, que a presente matéria tenha seu trâmite em regime de urgência, nos termos do **artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis**.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares, saberão aquilatar a importância deste Projeto, e nada mais havendo para o momento, aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente,


CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal

Recebido(a) em <u>22/3/2007</u>
Às <u>14:39</u> Horas
 PROTÓCOLO

Excelentíssimo Senhor
JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI
M.D Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



Projeto de Lei Complementar nº. 1 de 2007

(Altera dispositivo da Lei Municipal Complementar nº. 013, de 22 de setembro de 1993, com posteriores alterações).

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a que se refere à Lei Municipal Complementar nº. 013/93, com posteriores alterações, fica alterado conforme abaixo consta:

Departamento de Educação e Cultura – Quadro 07 – (Pessoal Celetista Permanente) – (Lei Complementar nº 013/93).

Situação atual				Situação nova			
Emprego Público	Quant.	Ref	C.H	Emprego Público	Quant	Ref	C.H.
Psicologo	05	05	30	Psicologo	07	05	30

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos de de 2006, 59 da Emancipação Político Administrativa do Município.


CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal

continua



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Serve-se o **Executivo Municipal** do presente, a fim de com permissa vênica, fazer chegar às mãos de **Vossa Excelência** e extensivamente a todos os insígnies legisladores que brilhantemente compõem esse singularíssimo **Poder Legislativo** do município de Cordeirópolis, o incluso Projeto de Lei Complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº. 013, de 22.09.1993, com posteriores alterações.

Senhores Vereadores nossa proposta esta embasada em solicitação do Chefe do Departamento de Educação e Cultura, que necessita de profissionais ligados a área de psicologia, pois nos dias atuais, por mais que se deseje planejar os pequenos detalhes na administração pública, torna-se impossível, dado à dinâmica e adversidades da máquina pública e a busca de melhores serviços, deve ser um objetivo singular do **Poder Executivo**.

A necessidade da contratação deste dois profissionais é para o atendimento de duas áreas cobertas pela Rede Municipal de Ensino, que pelo perfil sócio-econômico, tem grande necessidade deste tipo de assistência.

A primeira escola a ser atendida é a **EMEF Geraldo Rocha** no Jardim Eldorado. No local, já contamos com um profissional na área de psicologia, contratado por tempo determinado através da lista classificatória do Concurso Público em vigência e que, por imposição legal, necessita ser efetivado.

A segunda vaga que esta sendo criada é para preenchimento de vaga existente na **EMEF Cel José Levy**, centro, onde serão atendidos moradores do centro e de áreas como a Estação da FEPASA e a Subestação da antiga FEPASA, áreas que possuem casos de risco social, em que as crianças necessitam de atendimento psicológico.

continua



Projeto de lei Compl.

continuação

fls. 03

Com essa medida, o Departamento de Educação e Cultura pretende estruturar e organizar a equipe técnica que será formada por assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais, cujo objetivo primordial é de oferecer um bom atendimento em todas as escolas e Centros de Educação Infantil.

A admissão desses profissionais é essencial ao bom andamento dos trabalhos realizados nas **Escolas e Centros de Educação Infantil (CEI)**, antigas creches, de nosso município, pois hoje uma criança inicia sua vida escolar com 4 meses de idade, ou seja, tem seu ingresso no berçário, passando pelo maternal, pré escola, e ensino fundamental, tendo que ter nesse período de suas vidas uma assistência eficaz e competente, e isso só se consegue com uma equipe formada por profissionais ligados a área, e que sejam capazes de oferecerem e acompanharem diariamente o crescimento e desenvolvimento de nossa crianças e adolescentes.

A prioridade que a atual gestão esta dando para o setor educacional de nosso município é clara. Evidentemente, os resultados em termos de aprendizagem, com portamento e vivência social dos alunos dependem de outros fatores e demandam um tempo até termos dados mensuráveis.

Enunciados, assim, os motivos determinantes de nossa iniciativa, que se reveste de inegável interesse público, solicitamos o indispensável o apoio dos Nobres Edis, no sentido da aprovação do projeto em epígrafe., e que a sua apreciação se de em regime de urgência, nos termos do artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.

Para perfeito esclarecimento do assunto, faço juntar por copia a Declaração e o Impacto Orçamentário.

Por tudo o exposto, depois de acurada análise por parte desse magnânimo **Poder Legislativo**, em face de importância da matéria aqui tratada, esperamos que o presente Projeto de Lei Complementar mereça ao final a sua competente e concernente aprovação.

continua



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis



Projeto de lei Compl.

continuação

fls. 04

Sendo só o que nos oferece para o momento, certo de que essa **Colenda Edilidade** saberá aquilatar a importância da propositura em tela, aproveito a oportunidade para incrustar na presente meus protestos de consideração e distinto apreço.

Cordeirópolis, 16 de março de 2007.



CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor Vereador

JOSUE NATANAEL ZANETTI PICOLINI

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Objetivando atender o disposto no artigo 16, I, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, seguem as estimativas de impacto orçamentário-financeiro relativo à geração de despesas de que trata o Projeto de Lei Complementar de de março de 2007, encaminhado através da mensagem nº 001/2007, de 16.03.2007, que dispõe sobre a criação de empregos públicos, alterando dispositivos da Lei Complementar nº 013 de 22/09/1993.

Especificação Da Despesa	Exercício de 2007	Exercício de 2008	Exercício de 2009
Despesas Correntes			
Despesas de Custeio			
Pessoal			
Pessoal Civil			
Pessoal e Encargos Sociais			
07 – Psicologo	21.517,65	28.690,22	28.690,22
Férias (1/3)	551,73	735,65	735,65
Cesta Básica	1.980,00	2.640,00	2.640,00
Contrib P/o INSS (21%)	4.634,57	6.179,43	6.179,43
Contrib.P/o FGTS (8,5%)	1.765,55	2.354,07	2.354,07
TOTAL	30.449,50	40.599,37	40.599,37

A despesa em tela representa, em 2007, um impacto orçamentário e financeiro da ordem de 0,06%.

Cordeirópolis, 16 de março de 2007.

CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis



DECLARAÇÃO

Carlos Cezar Tamiazo Municipal de Cordeirópolis, em atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, DECLARA, na qualidade de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, que as despesas, de que trata o Projeto de lei Complementar desta data, que ora encaminhamos através da Mensagem n.º 001/2007, de 16.03.2007, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária de 2007, e compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2006 a 2009, bem como, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declara, finalmente, que o disposto no Projeto de Lei em pauta atende o que dispõe o inciso III do art. 37 e o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Cordeirópolis, 16 de março de 2007.



Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

9
4

PARECER 033/2007

Ref. Projeto de Lei Complementar nº 01/2007

Mensagem nº 001/2007

Alteração de dispositivos da Lei Municipal Complementar nº. 13 de 22 de setembro de 1993.

Iniciativa: Executivo

Sr. Presidente

Trata-se de Projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que visa alterar o Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis no Departamento de Educação e Cultura – Quadro 07, aumentando-se o número do cargo de psicólogo de 05 para 07 vagas, mantendo-se a carga horária e referência.

É certo que a competência para a criação de cargos dos Órgãos da Municipalidade, com exceção da Câmara Municipal, é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, tendo em vista o Art.61 § 1º. II “a” da CF, aplicável pelo princípio da simetria ao Município:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Ainda, o Art.11, XII da LOM traz à Câmara Municipal a prerrogativa para legislar sobre a criação de empregos e funções públicas, que deve se processar através de Lei Complementar, por força do Art.46, § 2º, IV da LOM.

No mais o projeto atende às disposições regimentais bem como está em consonância com as disposições legais e constitucionais.

S.m.j. este é o parecer que colocamos a apreciação da R. Presidência desta Colenda Câmara Legislativa.

Cordeirópolis/SP, 03 de abril de 2007.

ALESSANDRO CIRULLI
OAB/SP 163.887



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

12
4

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1, de 22 de março de 2007, do Sr. Prefeito Municipal.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.


Cristiano Antonio Guarasemin
Relator


Fátima Marina Celin
Presidente


Rinaldo Dias Ramos
Membro



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

11
K

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 22 de março de 2007, do Sr. Prefeito Municipal.

De acordo com o processo legislativo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação, que não encontrou impedimentos, opinando favoravelmente.

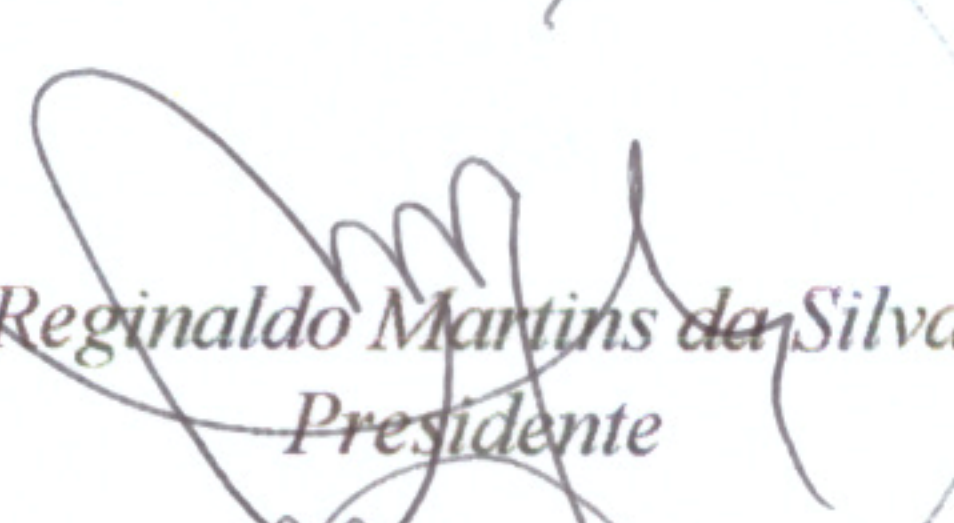
Dando continuidade, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.


Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 1, de 22 de março de 2007.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.


Fátima Marina Celin
Relatora


Reginaldo Martins da Silva
Presidente


Teresa Chiradita Peruchi
Membro



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

12
#

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº. 1, de 22 de março de 2007, do Sr. Prefeito Municipal.

De acordo com o processo legislativo, o projeto foi encaminhado a outras comissões, que não encontraram impedimentos, opinando favoravelmente.

De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 1, de 22 de março de 2007.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.

David Bertanha
Relator

Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira
Presidente
Giovane Henrique Genezelli
Membro



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

13
#

Ofício nº. 101/2007 - CMC

Cordeirópolis, 4 de abril de 2007.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos em anexo os autógrafos nº 2507 a 2510, proveniente da aprovação, na nona sessão ordinária, de diversos projetos de lei complementar e de lei, para as medidas de sua competência.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente,


Bel. JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI
- Presidente -

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal
Praça Francisco Orlando Stocco, 35
CORDEIRÓPOLIS - SP

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis			
PROTOCOLO	Nº 855/07		
	Data 04 / 04 / 2007		
TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS			
Requerimento	R\$		Guia Nº
Certidão	R\$		Guia Nº
	R\$		Guia Nº
Soma	R\$		



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

14
4

Autógrafo nº 2507

Altera dispositivo da Lei Municipal Complementar nº. 013, de 22 de setembro de 1993, com posteriores alterações.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a que se refere a Lei Municipal Complementar nº. 13/93, com posteriores alterações, fica alterado conforme abaixo consta:

Departamento de Educação e Cultura – Quadro 07 – (Pessoal Celetista Permanente) – (Lei Complementar nº 013/93).

Situação atual				Situação nova			
Emprego Público	Quant.	Ref	C.H	Emprego Público	Quant	Ref	C.H.
Psicologo	05	05	30	Psicologo	07	05	30

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 4 de abril de 2007.

Bel. JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI
Presidente

FÁTIMA MARINA CELIN
1ª Secretária

TERESA CHIARADIA PERUCHI
2ª Secretária



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis

Cordeirópolis

15
#

Lei Complementar nº. 110
de 16 de abril de 2007

Altera dispositivo da Lei Municipal Complementar nº. 013, de 22 de setembro de 1993, com posteriores alterações.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS**, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a que se refere à Lei Municipal Complementar nº. 13/93, com posteriores alterações, fica alterado conforme abaixo consta:

Departamento de Educação e Cultura - Quadro 07 - (Pessoal Celetista Permanente) - (Lei Complementar nº 013/93).

Situação atual				Situação nova			
Emprego Público	Quant.	Ref	C.H	Emprego Público	Quant.	Ref	C.H.
Psicólogo	05	05	30	Psicólogo	07	05	30

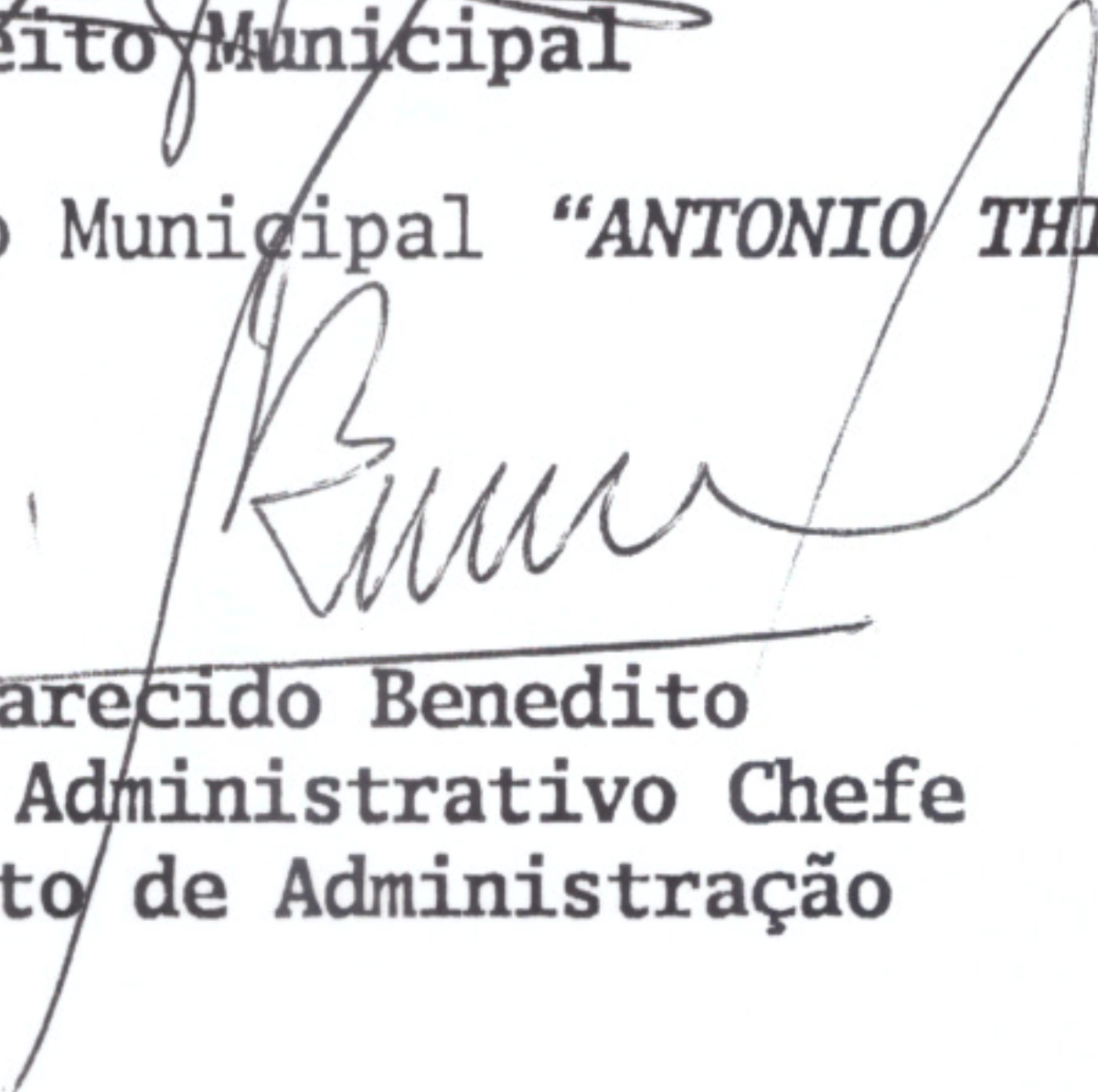
Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 16 de abril de 2007, 59 da Emancipação Político Administrativa do Município.


CARLOS CEZAR TAMIAGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 16 de abril de 2007.


José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo Chefe
Departamento de Administração



CORDE

Ano 2 - Sexta-feira, 20 de abril de 2007 - nº86

ATOS OFICIAIS DO PODER Executivo

Lei Complementar nº. 110 de 16 de abril de 2007

Altera dispositivo da Lei Municipal Complementar nº. 013, de 22 de setembro de 1993, com posteriores alterações.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, a que se refere à Lei Municipal Complementar nº. 13/93, com posteriores alterações, fica alterado conforme abaixo consta:

Departamento de Educação e Cultura – Quadro 07 – (Pessoal Celetista Permanente) – (Lei Complementar nº 013/93).

Situação atual			
Emprego Público	Quant.	Ref	C.H
Psicólogo	05	05	30

Situação nova			
Emprego Público	Quant.	Ref	C.H.
Psicólogo	07	05	30

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 16 de abril de 2007, 59 da Emancipação Política Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 16 de abril de 2007.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo Chefe
Departamento de Administração

Lei nº 2387 de 16 de abril de 2007

Dispõe sobre a criação da Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valo-

rização dos Profissionais da Educação- FUNDEB – do Conselho Municipal da Educação

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica criada a Câmara de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Câmara do FUNDEB, do Conselho Municipal da Educação no âmbito do Município de Cordeirópolis, SP.

Capítulo II Da composição

Art. 2º - A Câmara a que se refere o art. 1º é constituída por 10 (dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- I - um representante do Departamento de Educação e Cultura, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II - um representante dos professores das escolas públicas municipais;
- III - um representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;
- V - dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;
- VI - dois representantes dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino;
- VII - um representante do Conselho Municipal de Educação da Rede Municipal de Ensino; e
- VIII - um representante do Conselho Tutelar

§ 1º - Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações após processo eletivo organizado

§ 2º - A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

§ 3º - Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º - Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores ou vice-diretores escolhidos por seus pares.

§ 5º - Os representantes de pais de alunos deverão ser eleitos entre os pais membros dos Conselhos de Escola da Rede Municipal de Ensino.

§ 6º - Os representantes dos alunos deverão ser escolhidos num processo eleitoral entre os alunos da Educação